

Turismo Na Zona Costeira: Os Impactos Causados Pela Atividade No Município de Bombinhas - SC¹

Christiane Beling Victorino Hillesheim²

Instituto Blumenauense de Ensino Superior - IBES

Resumo

Pretendendo analisar os impactos causados pela atividade turística no município de Bombinhas (SC), desde sua emancipação política, o trabalho identificou as principais ocorrências históricas correlacionando-as com o crescimento da atividade turística na localidade por meio de uma pesquisa qualitativa e de metodologia de estudo de caso com finalidade exploratória, avaliativa e comparativa. Dentre os principais resultados, destaca-se o fato da atividade turística ser uma das impulsionadoras da detração de alguns recursos naturais da Zona Costeira e, em contrapartida, ser uma das responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do município em questão.

Palavras-chave

Zona Costeira; Bombinhas (SC); Turismo; Recursos Naturais.

Introdução

A Zona Costeira muitas vezes fica esquecida quando se trata de recursos naturais devido, principalmente, ao grande processo de urbanização sofrido durante o último século. Segundo classificação das eco-regiões brasileiras realizadas pelo WWF (2002), o bioma de Florestas Costeiras da Zona do Mar, ou seja, a Zona Costeira, abriga uma série de ecossistemas de grande interesse ambiental, principalmente porque nela se encontram os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país.

Segundo o IBGE (2006) a densidade demográfica média da zona costeira brasileira fica em torno de 87 habitantes por Km², cinco vezes superior à média nacional que é de 17 habitantes por Km². Isto significa dizer que quase 50% da população brasileira reside numa faixa de até duzentos quilômetros do mar, o que equivale a um efetivo de mais de 70 milhões de habitantes, cuja forma de vida impacta diretamente os ecossistemas litorâneos.

¹ Trabalho apresentado ao GT “Recursos Naturais e Turismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Bacharela em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Docente do Curso de Turismo do Instituto Blumenauense de Ensino Superior (IBES), Coordenadora do Estágio Curricular Supervisionado em Turismo do IBES e Coordenadora do Laboratório de Eventos do Curso de Turismo do IBES – chrisbeling@terra.com.br

Com relação ao turismo, as áreas litorâneas constituem-se nos principais emissores e receptores turísticos no Brasil, sendo que das dez cidades mais visitadas no Brasil em 2005, seis são litorâneas (EMBRATUR, 2006).

Desta forma, estas áreas constituem-se num dos mais críticos alvos para um planejamento sócio-ambiental, exigindo estratégias claras e ações permanentes, de médio e longo prazos.

O município de Bombinhas, localizado no litoral centro-norte catarinense, apresenta condições muito semelhantes às dos demais municípios turísticos do país, pois além de sofrer um crescimento demográfico muito acentuado nos últimos anos, também vivencia uma expansão sócio-econômica provocada também pela repentina atividade turística no local, a qual deixa algumas marcas ambientais quase irreversíveis.

Assim sendo, o trabalho pretende analisar os impactos causados pela atividade turística no município de Bombinhas, desde sua emancipação política, identificando os prejuízos e oportunidades que a atividade causou no local. O método aplicado para a obtenção dos resultados enquadra-se como qualitativo e utiliza-se de metodologia de estudo de caso com finalidade exploratória, avaliativa e comparativa. As técnicas de pesquisa caracterizam-se como trabalho de campo documental, além da observação *in loco* e levantamento histórico, utilizando-se de roteiro de leitura para as técnicas.

Turismo e litoral

A presença do turismo em localidades litorâneas é uma tendência natural e irreversível, e se atividade for planejada para o correto desenvolvimento tanto comunidade quanto turistas saem beneficiados. Porém, entender até que ponto os turistas podem ser identificados e culpados por impactos indesejáveis é um estudo bastante difícil. (CORIOLANO, 1998)

Urry (1999) destaca que, apesar da atividade turística ter seus principais conhecimentos apontados após uma era industrial, os balneários já eram procurados muito antes disto. Em toda Europa, muitos balneários se desenvolveram no século XVIII com o original objetivo de promover a “cura”, ou seja, com finalidade medicinal.

Durante este mesmo século, havia um considerável aumento do hábito dos banhos de mar, em especial na Europa, à medida que as classes profissionais e mercantis, ainda em desenvolvimento, começaram a acreditar em suas propriedades medicinais, sendo que o

banho era recomendado para os adultos que se submetiam à “imersão” (e não “natação”), o que demonstrava que a praia era muito mais um local de cura do que de prazer. (*op. cit.*, 1999)

Sabel (*apud* Urry, 1999) apresenta uma outra visão a respeito da ocupação dos balneários. Em países povoados ou colonizados, a ocupação começou, quase sempre, pelas praias, visto que o principal meio de transporte para novas conquistas territoriais era as embarcações. Daí o litoral ser hoje um dos locais mais habitados da Terra.

Somente a partir do século XIX é que se percebe um início de prestígio das áreas litorâneas, destacando-se o Mar Mediterrâneo. No Brasil, os balneários motivaram a Família Real e as classes abastadas no Império ao uso das estações termais, criando-se, assim, as casas de veraneio (ou segundas residências) e o hábito da procura pelas águas. (CORIOLANO, 1998)

Os balneários, conforme conhecemos hoje, tiveram seu início somente no século XX, já com marcas da atividade turística. No Brasil, em especial, este início se dá no Rio de Janeiro, a partir da década de 20, impulsionado por uma exploração que acontecia na França, Bélgica, seguido do Chile e Uruguai. (LINHARES *apud* CORIOLANO, 1998)

Turismo no litoral catarinense

Apesar de ter sido descoberto há mais de cinco séculos, somente nas últimas quatro décadas é que foi possível notar, visivelmente, uma transformação na paisagem do litoral catarinense, em especial no centro-norte, em função do município de Florianópolis, o qual até 1930 foi a maior cidade e o maior centro comercial do estado. (PEREIRA, 2003)

Esta rápida mudança emergiu em discussões as quais abarcam desde as áreas biológicas até as tecnológicas, pois a mesma denota uma ligeira transição dos modos de produção de subsistência para o capitalismo. Como consequência disto, nota-se o impacto causado nas estruturas sócio-culturais, econômicas, ambientais e humanas dentro da atual sociedade.

Assim como a história das cidades desenvolvidas a partir do advento da industrialização, as cidades do litoral catarinense apresentam conjunturas paisagísticas

semelhantes, pois passaram da paisagem natural³ para a urbana em um curto espaço de tempo. É possível observar, levando em consideração apenas o espaço-tempo, que não houve nenhuma forma de planejamento para preparar esta paisagem para os avanços, ditos como modernos, da humanidade. (*op. cit.*, 2003)

A formação do relevo do litoral catarinense, atrelada aos demais elementos de superfície, influenciou na dinâmica sócio-espacial do mesmo já que a Serra do Mar e Geral separou o estado em duas regiões distintas: o planalto e o litoral. (*op. cit.*, 2003)

Desde o início da colonização do litoral catarinense até as primeiras décadas do século XX, o modo de produção da época determinou mudanças mais expressivas nos locais mais afastados da orla marítima. Isto porque foi necessário preparar determinados espaços de terra para a produção agrícola e, em muitos casos, extrair madeiras para a confecção de residências, embarcações e mobiliários. (CABRAL, 1968)

Até então, este foi um dos únicos meios de produção os quais somados com a cultura da colonização açoriana isolaram durante algum tempo os municípios litorâneos da nova conjuntura econômica que começara a se desenvolver. (*op. cit.*, 1968)

Com a aceleração do processo de industrialização, a partir das primeiras quatro décadas do século XX, as localidades litorâneas do país começaram a despontar para as relações capitalistas voltadas a unificar um Estado quase que sem barreiras, modelo proposto na gestão de Getúlio Vargas (1930-1945). (PEREIRA, 2003)

Apesar do crescimento mais tardio no litoral catarinense, tendo em vista que outras localidades litorâneas dos demais estados do país começaram a apresentar as características de uma sociedade capitalista a partir dos anos 40, o mesmo foi agressivo e rápido no que concerne às mudanças sócio-econômicas e, conseqüentemente, da paisagem. (*op. cit.*, 2003)

Juntamente com o processo de industrialização e, por conseguinte, o capitalismo, surge a discussão sobre a “propriedade” baseada num valor de uso e de troca. Lahourgue (2002) aborda estes valores como sendo a cidade vista no capitalismo como produto e não mais como obra.

³ Boullón (1997), ao refletir sobre o planejamento do espaço natural, lembra o fato de que a paisagem natural é a motivação inicial da exploração turística e que é utilizada, a princípio, como imagem vendedora para atrair os primeiros investidores, gerando uma alta concentração de pessoas em um terreno reduzido. Desta forma, a paisagem natural desaparece dando lugar a um número crescente de edifícios que dominam todo o espaço. Estes empreendimentos acabam sendo presas de um círculo vicioso, porque quanto mais se constroem, maior é a afluência de pessoas.

Isto transformou posses em propriedades, as quais podem ser comercializadas de várias maneiras e caracterizam-se por possuir limites definidos e aceitos dentro da sociedade. Segundo Labourgue (2002), “só assim um determinado pedaço de território pode adquirir valor de troca”, ou seja, o capitalismo acabou transformando um bem de uso (a terra) por um bem de troca.

Ao contrário do que aconteceu nas paisagens rurais, onde o espaço delimitado da posse, mesmo já sendo uma propriedade, possui valor de uso, as propriedades litorâneas começaram a ser vistas com o valor de troca, ou seja, além de um negócio, um investimento. (LEFEBVRE *apud* LAHORGUE, 2002)

O litoral é, por natureza, um lugar privilegiado onde ocorre o triplo encontro entre litosfera, hidrosfera e atmosfera. Essa composição singular tem exercido enorme poder de atração sobre o homem do século XX, que abandonou definitivamente a idéia de praia como um lugar associado exclusivamente às atividades pesqueiras. A partir do início desse século, as populações humanas têm buscado aos ambientes litorâneos para outras atividades além da pesca, como o comércio, agricultura, indústria e mais recentemente a aqüicultura e o turismo. (VASCONCELOS *in* RODRIGUES, 1997)

As cidades litorâneas vivenciaram este investimento através dos loteamentos de terra, desordenados e desorganizados, a fim de comercializar não somente o espaço de terra, mas também a cidade. (*op. cit.*, 1997)

A industrialização começou a criar cenários de paisagem edificada nos maiores centros, sendo que as cidades litorâneas com poucas possibilidades de agricultura e sem estruturas portuárias perceberam, ainda que erroneamente, que o avanço da cidade era a forma de se atingir a qualidade de vida tão almejada. Comércio, vias de trânsito, residências, prédios comerciais, são algumas características que as cidades pretendiam atingir para fazerem parte da chamada “cidade moderna”. (LEFEBVRE *apud* LAHORGUE, 2002)

Enquanto muitas localidades, especialmente as litorâneas, as quais mantinham como única fonte de renda e emprego a cultura de subsistência e/ou a pesca artesanal, algumas cidades começaram a despontar para o turismo. Como atividade tipicamente de uma sociedade pós-industrial, o turismo contribuiu para o crescimento destas localidades, as quais possuíam um forte apelo paisagístico, em especial, as praias. (PEREIRA, 2003)

A partir dos anos vinte, quando o banho de mar começou a ser visto como fonte terapêutica para a cura de algumas doenças no Brasil, os espaços de terra próximos ao

mar começaram a ser valorizados. O *status*⁴ e o poder em possuir uma residência junto ao oceano para tirar-se privilégio destes banhos influenciou muito na valorização destas localidades, antes vistas como depósitos de lixo ou local de atracação de pescadores. (CHRISTOFFOLI, 2000)

Esta nova conjuntura trouxe consigo as segundas residências⁵, pois não era possível habitar definitivamente nestas áreas litorâneas mantendo o mesmo nível dos centros de onde eram provenientes, já que grande parte do litoral ainda não possuía estrutura para tanto. (*op. cit.*, 2000)

Atualmente, a zona costeira⁶ do estado de Santa Catarina representa 39% da área do estado e concentra quase 70% da população total, o que demonstra uma significativa fase de urbanização, fazendo-se necessários o seu conhecimento, para fins de administração e conservação. (POLETTE, 1997)

Caracterização do objeto de estudo

O município de Bombinhas está localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina numa península onde também se encontra o município de Porto Belo, ficando ao extremo leste deste. Limita-se ao norte, sul e leste com o Oceano Atlântico, iniciando na Ponta de Porto Belo, na baía de Tijucas.

Possui uma das menores áreas territoriais do estado com um pouco mais de 36 Km². Sua população atual soma 10.756 pessoas todas concentradas em área urbana, sendo que o município registrou em 1996 uma das maiores taxas de crescimento do estado, ficando em quarto lugar, quando cresceu 10% em um ano. Já entre o ano de 2000 e 2004, o município fica em terceiro lugar entre as maiores taxas de crescimento populacionais do estado, crescendo em quatro anos 5,524%, ficando atrás dos municípios de Itapoá e Araquari, respectivamente. (IBGE, 2006)

⁴ Boulón (1997) reflete que a paisagem natural nem sempre está no campo da moda, mas exclui os centros turísticos de praia e de esportes de inverno. O autor afirma que nestes dois casos a paisagem fica em segundo plano porque destacam o ambiente social e a notoriedade que se pode alcançar frequentando estes lugares.

⁵ “Residências secundárias ou segundas residências, termos já consagrados pelo uso na literatura específica de turismo, são alojamentos turísticos particulares, utilizados temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar. Esse conceito está ligado ao imóvel e não à condição de propriedade, ou seja, ao fato de ser próprio, alugado, arrendado ou emprestado. Residências secundárias significam uma relação permanente entre origem e destino, uma vez que se estabelece regularidade entre saídas, chegadas e retornos”. (TULIK, 1995)

⁶ Faixa terrestre identificada por uma distância de 20 km sobre uma perpendicular, contados a partir da Linha da Costa, e por uma faixa marítima de 6 milhas (11,1 km) com mesma origem (IBGE, 2006)

Tornou-se um atrativo turístico em função de suas paisagens litorâneas já que consegue abrigar em seu escasso território 29 praias, 3 enseadas, 3 ilhas, além de costões, córregos, estuários e restinga⁷. Grande parte da península de Bombinhas localiza-se na área de entorno da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo o que faz com que as atividades que possam afetar tal reserva, em especial as turísticas, devem ser licenciadas por órgãos ambientais responsáveis pela proteção e conservação da mesma.

Resultados e discussões

O município de Bombinhas (SC) acompanhou nas últimas décadas todo o desenvolvimento e seus impactos, sejam negativos ou positivos, que o turismo pôde proporcionar tanto na área social e econômica como na ambiental e política.

A década de 70 foi caracterizada por possuir pouca ou quase nenhuma infra-estrutura básica, já que sendo parte do município de Porto Belo, havia sido legada ao segundo plano em função das despesas com a infra-estrutura básica da enseada de Porto Belo, já bem mais desenvolvida e com maior demanda turística. Vale ressaltar que o espaço geográfico onde se encontra o município contribuiu para frear o desenvolvimento no distrito já que o mesmo isolava-se do centro de Porto Belo por morrarias que não possuíam vias de fácil acesso.

A vinda dos primeiros veranistas prenunciava uma profunda transformação na localidade e uma rápida ocupação; já na década de 70 cresceu assustadoramente o número de casas de praia dos veranistas. Esse afluxo de pessoas fez com que as terras fossem valorizadas, chamando a atenção dos especuladores, principalmente porque havia muitas sem escritura ou documentos de posse. (SOUZA, EMÍLIO E LUCHTENBERG, 2002)

Somente na década de 80 é que começam a aparecer os primeiros sinais de preocupação com a infra-estrutura do local. Já se nota iluminação pública nas principais vias, algumas instalações na rede de esgoto, ainda que precária, nos bairros mais populosos, além de tratamento de água na parte central e encanamento direto de água nas partes em que havia bacia hidrográfica para suprir.

Entre os anos que compreendiam o final da década de 80 e o início da década de 90 a região começou a sofrer algumas mudanças na sua estrutura já que, politicamente emancipada em 1992, começou a se tornar alvo de preocupação do poder público e

⁷ Fonte: Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Bombinhas (2005)

moradores locais. No início da década de 90, um dos dois acessos ao município, que até hoje se dá pela travessia de dois morros, recebeu boa pavimentação garantindo um acesso mais rápido e fácil ao local. Também foi implantada uma nova rede de esgotos, ainda que até os dias atuais não esteja completa, sendo canalizada água tratada em todo o município e instalado o sistema telefônico em praticamente todos os bairros, com exceção das praias mais afastadas e de difícil acesso. (ADELMANN, 2003)

Atualmente, o Posto de Informações Turísticas de Bombinhas (2005) contabilizou 75 pousadas, 15 hotéis, 71 residenciais (*apart-hotéis*) e 19 *campings*, totalizando uma capacidade simultânea de 7.522 leitos, o que corresponde a quase 80% da sua população num período de 24 horas. Em relação ao setor de alimentos e bebidas o município conta com 83 estabelecimentos entre restaurantes, bares, lanchonetes, cafeterias, sorveterias e docerias.

A Secretaria do Turismo e Meio Ambiente registrou no último verão um fluxo de turistas correspondente a 130.042 nacionais e 33.988 internacionais, o que gera um total de 164.030 turistas, ou seja, dezesseis vezes mais o número de sua população local.

Tabela 1 – Demanda de turistas nacionais e internacionais de Bombinhas – SC no período de 2000 a 2005.

Fluxo/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Fluxo de Turistas nacionais	51.923	66.966	48.765	84.117	120.096	130.042
Fluxo de turistas internacionais	32.923	64.520	5.594	11.438	17.638	33.988
TOTAL	84.846	131.486	54.359	95.555	137.743	164.030

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e Turismo de Bombinhas – SC, 2005.

Desta forma, a atividade turística trouxe para o município uma série de vantagens sócio-econômicas as quais contribuíram consideravelmente para uma melhoria na qualidade de vida da população local. Vale lembrar que nem todos os impactos negativos causados na localidade derivam exclusivamente da atividade turística, mas esta teve uma participação considerável.

No estudo histórico e documental verificou-se que a economia baseada na subsistência e nas pescarias artesanais deu lugar àquilo que estava mais próximo deste trabalho:

continuar vivendo dos recursos naturais, no caso, do mar. Sofrendo a mesma procura que muitos municípios litorâneos do país, Bombinhas começou a comercializar lotes para residências secundárias nas décadas de 70 e 80, tendo o auge da construção imobiliária na década de 90.

Também no estudo documental verificou-se que o Plano Diretor do município de Bombinhas foi sendo modificado desde a sua emancipação no ano de 1992, buscando ajustes que nem sempre favoreceram o ordenamento espacial do solo com finalidades de preservação ou conservação ambiental, por muitas vezes atendendo às exigência de uma especulação imobiliária e de aproveitamento máximo da área.

Este cenário foi um dos resultados encontrados por GUERREIRO (1999) que investigou sobre a evolução dos Planos Diretores de Bombinhas entre 1993 e 1997, analisando as mudanças ocorridas na paisagem através da utilização de métodos cartográficos. Foi feito um levantamento documental (mapas, planos diretores) das Prefeituras Municipais de Porto Belo e Bombinhas e obteve-se cinco diferentes Planos Diretores, sendo que dois foram mapeados, para o município de Bombinhas – pois apenas existiam dois mapas (1992: Plano Diretor do Distrito de Bombinhas – Município de Porto Belo e 1997: Plano Diretor do Município de Bombinhas).

O primeiro plano diretor do município de Bombinhas passou a ser utilizado em 1992, ano da emancipação do município. Este plano era utilizado pelo município de Porto Belo, e a partir de 1992, passou a ser utilizado também pelo município de Bombinhas até 1993. Neste, havia sete classificações de zonas devido a sua destinação e os usos estavam classificados como: Permitidos, Permissíveis e Proibidos.

O segundo plano diretor reflete uma modificação do Plano Diretor do Distrito de Bombinhas, mas a partir deste momento, o município já estava utilizando o mesmo na organização do seu espaço. Durante este período, já estava sendo preparado um novo Plano Diretor por meio da contratação de uma empresa de consultoria.

O terceiro plano tem como proposta o limite de ocupação para o município de Bombinhas sugerido pela empresa de Consultoria Omar Akel de Curitiba (PR). A partir deste momento, o zoneamento e suas respectivas áreas foram alteradas, ficando o município dividido em cinco classes diferentes de uso, sendo que os usos permitidos são os usos compatíveis com a finalidade urbanística do local. Os usos estão classificados como Permitidos, Tolerados, Permissíveis e Proibidos.

O quarto plano, partindo de uma pressão exercida pela sociedade civil, incluiu apenas uma categoria de zona residencial a mais, sendo incluída também a classe das áreas não edificáveis ZPP (Zona de Preservação Permanente), de modo que tal zona não existia, ficando, a partir deste momento, o município com seis zonas de usos diferentes. O quinto plano acrescentou mais uma zona (Zona Especial), ficando agora dividido em sete zonas.

A pesquisa concluiu que a modificação do Plano Diretor aumentaram as áreas de preservação permanente, que se situam em altas declividades e são, quase que inteiramente, recobertas por Mata Atlântica. Porém, com esta mudança houve redução no espaço que, anteriormente, no Plano Diretor de 1992, era ocupável. Mesmo com esta redução na área passível de construção, houve aumento na densidade demográfica, o que ocorreu devido à redução do tamanho do lote, e aumento coeficiente de aproveitamento, utilizando ao máximo as áreas do município para a urbanização.

Além disso, foi possível entender que nos planos diretores idealizados para o município de Bombinhas, nas áreas passíveis de ocupação, houve sempre a proposta de uso e ocupação do solo na sua densidade máxima, especialmente os planos de 1996 e que, a partir daí, com uma pressão popular que diminui então tal condição, mas que ainda, infelizmente, não é condizente com a realidade local.

Já no estudo histórico, percebeu-se que a orla marítima adquiriu um valor de uso muito maior, pois a demanda pelo litoral gera um aumento no preço dos lotes, residências e demais construções, tendo seu valor aumentado quão mais próximo do mar ele estiver localizado. Além disso, percebeu-se um maior número de loteamentos para áreas residenciais e, conseqüente aumento de construções residenciais, secundárias ou não, incluindo um maior número de construções verticalizadas, principalmente nas áreas mais próximas ao mar.

As técnicas de observação dos sistemas apontaram para um precário sistema de saneamento básico, em especial pelo destino do esgoto que, via de regra, vai para o mar *in natura*, além do problema dos dejetos depositados nas margens de córregos, despejo clandestino de limpa-fossas e casas construídas irregularmente às margens de ribeirões contribuem para um impacto ambiental degradante e, com o passar do tempo, mais difícil de solucionar.

Percebeu-se que a exploração turística desordenada acompanhada de uma rápida urbanização resultou numa diminuição, cabendo dizer uma quase extinção, das áreas

naturais próximas ao mar, principalmente nas praias mais extensas. Nestas praias, verifica-se uma ocupação de toda área de restinga, causando uma “privatização” da orla marítima pela construção civil.

Por se tratar de um município extremamente peculiar com relação aos seus recursos naturais, é notável que os elementos da paisagem urbana sobrepõem-se aos elementos da paisagem natural em grande parte de Bombinhas.

Desta forma, na alta temporada desencadeiam-se problemas tais como: tráfego intenso e/ou congestionamentos, falta de água ou energia em horários de alta demanda, aumento da violência, limpeza urbana insuficiente, alta concentração de pessoas nas praias e produtos e serviços com valor maior do que em outras épocas.

A evolução espontânea do município derivou-se principalmente das forças do mercado, não se notando alguma significativa evolução dirigida ou planejada, a não ser a própria emancipação do município. Desta forma, é possível afirmar que os recursos naturais foram utilizados como atrativos turísticos, mas pouco se percebe quanto ao desenvolvimento de atividades que possam auxiliar na conservação de tais recursos.

Apesar disso, a atividade turística conseguiu contribuir para a qualidade de vida da população local e para preservação dos recursos naturais, observados pelos seguintes resultados:

- Aumento da estrutura de base para a população local: bancos, lojas, farmácias, escolas, mercados, comércio geral etc;
- Aumento no número de vias de trânsito: criação de logradouros, aberturas de ruas, avenidas e/ou estradas;
- Significativo aumento da infra-estrutura turística: hotéis, pousadas, *campings*, agências, transportadoras, bares, restaurantes, gerando novas fontes de renda;
- Criação de três unidades de conservação: Parque Municipal do Morro dos Macacos; Parque Municipal da Galheta e Área de Relevante Interesse Ecológico da Costeira de Zimbros.

Este último merece particular atenção, pois a partir de esforços de pesquisadores e associações locais voltadas à conservação de recursos naturais, em especial os de interesse turístico, foi possível a criação das unidades de conservação, bem como das atividades realizadas nas mesmas.

Considerações finais

Ao concluir a análise percebe-se que o município de Bombinhas (SC) apresenta características da paisagem natural singulares em relação às demais áreas litorâneas do estado, mas com adensamentos irregulares e forte especulação imobiliária, motivados pela atividade turística que iniciou o seu desenvolvimento na região, por volta de 1992, o que gerou uma conseqüente modificação na paisagem da Zona Costeira, sob o efeito do crescimento urbano.

Características estas, como espécies endêmicas, acentuado número de praias de águas claras, tranqüilas e próprias para banho, grande área de Mata Atlântica pouco explorada, fazem do município de Bombinhas um grande atrativo para uma demanda interessada em áreas naturais o que, segundo a SANTUR⁸, representa um público que procura seus atrativos naturais de 94,39% de todos os visitantes do município.

Porém, o adensamento humano concentra-se em áreas próximas ao mar e já atinge as encostas de morros, proximidades de córregos e até mesmo o entorno de manguezais, já que a área existente para comercialização de lotes residenciais e comerciais é relativamente escassa.

Na grande maioria dos casos, a paisagem edificada adotou suas formas e características a partir da topografia da região. As áreas planas ficam mais próximas ao mar, sendo que foram ocupadas primeiramente.

As fortes e rápidas modificações ocorridas na paisagem da Zona Costeira desta região nos últimos cinquenta anos, levaram a sociedade civil organizada a refletir sobre a qualidade de vida da população local em contrapartida com o crescimento sócio-econômico do local.

Um dos principais problemas está no curto período de tempo em que estas atividades se desenvolveram não oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de planos diretores de cunho mais conservacionistas.

As atividades turísticas, por sua vez, são as principais fontes de renda familiar o que, por muitas vezes, influenciou em definitivo a troca de outras atividades de economia, como, por exemplo, a pesca artesanal.

Assim sendo, o turismo passou, rapidamente, a ser a principal atividade econômica da região a qual foi responsável pela mudança da paisagem quanto a sua estrutura e funcionamento.

Somadas ao fenômeno do veraneio, estas atividades deram um rápido impulso na construção de equipamentos turísticos para atender a uma demanda muitas vezes maior do que o número da população fixa da localidade o que provocou uma transformação considerável também na infra-estrutura local.

O turismo nos espaços litorâneos é cada vez mais massivo e essa condição também acelera o processo de transformação da paisagem da Zona Costeira. Quanto maior a demanda, maior é o número de equipamentos turísticos para atender tal procura e esse processo favorece o rápido desenvolvimento urbano do município, situações observadas nos municípios próximos, tanto em Itapema (SC) como em Balneário Camboriú (SC).

A atividade turística existe no local não só porque o município possui uma vocação natural para tanto, mas também porque a comunidade local aceitou o turismo como fonte de renda. Ainda que esta comunidade não seja totalmente autóctone, muitos nativos vêm na atividade uma saída exclusivamente econômica já que a pesca artesanal perdeu espaço para a indústria pesqueira globalizada.

Entretanto, não se trata de dizer que para evitar radicais transformações na Zona Costeira seja preciso lançar mão da atividade turística e dar novos rumos na economia local. É preciso que o turismo promova o desenvolvimento, mas o faça de forma branda levando-se em consideração, sobretudo, a qualidade de vida da comunidade local.

Referências bibliográficas

AMFRI. Associação dos municípios da foz do Rio Itajaí. **Dados estatísticos da microrregião da Foz do Rio Itajaí**. Itajaí: AMFRI, 1996.

BOULLÓN, R. C. *Planificación del espacio turístico*. 3. ed. México: Trillas, 1997.

_____. *Desarrollo y gestion del turismo en aras rurales y naturales*. Madrid: CEFAT, 1999.

CHRISTOFFOLI, A. R. Cabeçudas 1910-1930: a praia como padrão de conduta social. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Vale do Itajaí, 2000.

CORIOLOANO, L. N. **Do local ao global – o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1996.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Anuário Estatístico 2005**. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/site/br/dados_fatos/lista.php>. Acessado em abr, 2006.

⁸ Relatório da Demanda Turística por municípios de Santa Catarina, 2005

GUERREIRO, M. Estudo dos planos diretores de Bombinhas entre 1992 e 1999. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade do Vale do Itajaí, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: jan, 2006.

KOHL, D. H. B. **Porto Belo – sua história sua gente**. Blumenau: Odorizzi. 2. ed. 2001.

LAHORGUE, M. L. Cidade: obra e produto. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 17, n.33, 46-59, jan/jul, 2002.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Formação sócio-espacial do litoral de SC (Brasil): gênese e transformações recentes**. 9º Encontro de Geógrafos da América Latina. Mérida (México), abr, 2003.

POLETTE, M. **Aplicação do modelo de desenvolvimento de balneários – MDB, para fins de GCI**. Univali, 1997.

POLETTE, M., CAVEDON, F. (orgs.). **Construindo o desenvolvimento sustentável de Bombinhas**. Itajaí: UNIVALI, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS. **Perfil Multisetorial do município de Bombinhas**. Bombinhas, 2006.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SANTUR – Órgão Oficial de Turismo de Santa Catarina. **Relatório de Demanda turística por Municípios**. Disponível em: <<http://www.santur.gov.sc.br>> Acessado em mar, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. **Relatório geográfico de Bombinhas**. Bombinhas, 2003.

SOUZA, D. C. M. de, EMILIO, M. J., LUCHTENBERG, R. **Bombinhas – um pouco de sua história**. Acervo Bibliográfico: Biblioteca Pública Cruz e Souza: Bombinhas, 2001.

TULIK, O. Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade no estado de São Paulo. **Tese Livre Docência**. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: USP, 1995.

URRY, J. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1999.

WWF – *Word Wide Fund for Nature*. **Global 200 Ecoregions: a blueprint for a living planet**. Disponível em: <http://www.wwf.org/where_we_work/ecoregions.cfm> Acessado em mar, 2006.